



BANCO CENTRAL DO BRASIL

São Paulo (SP), 14 de agosto de 2017.

**Discurso do presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn,
na solenidade do
“Prêmio de Excelência em Economia 2017”
“Economista do Ano de 2017”**

Prezado senhor Manuel Enrique Garcia, presidente da Ordem dos Economistas do Brasil; vice-presidentes; demais conselheiros; colegas economistas; senhoras e senhores; boa noite.

Gostaria de começar agradecendo à Ordem dos Economistas do Brasil (OEB) por me dedicar a importante láurea “Economista do Ano”. Já tinha sido agraciado pelo prêmio economista-chefe do ano pela OEB no passado, entendo que este é um *upgrade* do último prêmio. Estou evoluindo na carreira.

É uma enorme satisfação compor a galeria dos profissionais que já receberam essa grande honraria. Agradeço por ter sido lembrado para recebê-la, ao lado de outros ilustres homenageados. Parabéns a todos que estão sendo agraciados esta noite. São prêmios muito merecidos.

Quando agraciado por esse prêmio, a tendência da pessoa é sempre perguntar-se pelo motivo do reconhecimento. Minha carreira tem sido dedicada à economia desde o começo. Fiz graduação, mestrado e doutorado em economia, e tive a sorte de exercer diversas funções distintas como economista que me permitiram vivenciar todo o leque de atuação da profissão. Vou comentar aqui hoje um pouco do que aprendi ser o objeto da profissão de economista.

Qual a relevância do economista? Começo com uma piada. Um desfile militar desses grandiosos se passava na antiga União Soviética. Primeiro passam os tanques imponentes, depois as brigadas marchando com perfeição de dar medo, vêm depois os mísseis com as ogivas para mostrar poder, e assim o desfile continua impressionando o povo e os convidados estrangeiros. No final seguem cinco economistas à paisana, cada um com seu bloquinho. O convidado ao desfile pergunta: “Não entendo: o que fazem esses economistas num desfile militar?” E recebe como resposta: “É que você não sabe o poder de destruição que eles têm”. Nós podemos rir de nós mesmos. Mas, dito pelos outros, isso ofende.

De fato, descobri a economia cedo. Passei para Economia na UFRJ em 1983, ainda com 16 anos. Foi uma rica experiência, onde estudávamos (e nos divertíamos) em grupo. Até hoje mantenho amizades dessa época. Me desviei da opção do grupo da UFRJ e fiz

mestrado na PUC-RJ. A essa experiência devo boa parte da minha formação e a convivência com vários professores que foram exemplos para mim, como Dionísio Carneiro, meu orientador de dissertação. Saí para fazer doutorado no MIT, onde pude aprofundar meus conhecimentos nas áreas de macroeconomia e economia internacional, mas também aprender sobre o papel do economista como formulador de política econômica, com meus orientadores Rudi Dornbusch e Stanley Fischer (hoje vice-presidente do FED).

A busca sempre foi pelo conhecimento, com a sensação de, a cada passo, necessitar entender mais sobre economia.

Já formado, trabalhei como economista em várias áreas. Comecei a carreira na academia no exterior, contratado pela universidade de *Brandeis*, em Massachusetts. Fui, por muitos anos, professor, tendo dado aulas na PUC-RJ por mais de dez anos. Parei de lecionar, mas pretendo voltar a fazê-lo em algum momento na carreira.

Tive a satisfação de dar minha contribuição ao setor público, primeiro numa instituição internacional (FMI) e, mais importante, na minha volta ao Brasil, após quase dez anos no exterior, com duas passagens pelo BCB. Primeiro, como diretor, trabalhei com vários colegas e amigos que mantenho até hoje e servi aos então presidentes do BC, Armínio Fraga e Henrique Meirelles. Agora voltei como Presidente do BC. Considero essa participação no setor público como retribuição ao investimento que o país teve com minha educação nesses anos todos. A sensação, hoje, é de que já paguei com juros e correção monetária.

Tive também a satisfação de trabalhar no setor privado – como consultor e como economista-chefe no mercado financeiro. Acredito que a experiência de economista em todas essas áreas – na academia, no setor público, no setor privado – foi enriquecedora.

Nesse sentido, quero me dedicar hoje ao objeto de nossa profissão e à importância do economista para a sociedade. Aproveitarei a oportunidade para sair um pouco da análise conjuntural da economia, tema do qual, por dever de ofício, costumo falar.

Mas antes queria agradecer a todos os que contribuíram para esse prêmio.

Agradeço aos meus pais pela ênfase na educação e no incentivo para que eu seguisse essa carreira de economista.

Agradeço à minha família por compartilhar comigo essa trajetória que teve decepções, mas certamente muitas alegrias.

Agradeço aos colegas economistas, muitos dos quais conheço faz décadas, por essa convivência tão frutífera.

Agradeço aos colegas de trabalho com quem convivi na academia, no setor privado, e, por último, no setor público, onde reencontrei servidores exemplares e muito dedicados.

Agradeço aos amigos que estão sempre do lado, inclusive nessa cerimônia.

Dito isto, volto agora à questão do início da minha fala. Por que, afinal, precisamos de economistas e do estudo da Economia? Qual a nossa importância para a sociedade?

Uma forma bastante difundida de definir nossa profissão, devida ao economista Lionel Robbins em livro de 1932, retrata a Economia como a ciência que estuda como os indivíduos e as sociedades alocam recursos escassos entre fins alternativos.

Sob a ótica do formulador de política, essa é uma definição bastante apropriada, especialmente no contexto de ajustes que estamos enfrentando atualmente no Brasil. Em particular, porque ela traz consigo duas noções econômicas valiosas: (i) a de que os recursos são limitados; e (ii) a de que a sociedade precisa usar seus recursos de maneira eficiente. Ela evidencia que existem *trade-offs* e que é preciso fazer escolhas.

A Economia também fornece caminhos, princípios a serem seguidos. Seu estudo gera conhecimento sobre os comportamentos individual e agregado dos agentes e sobre as relações entre as variáveis. Conhecimento que é fundamental no esforço da sociedade em fazer escolhas informadas, ou seja, em decidir quais políticas públicas apoiar e a quais se opor, com base numa avaliação fundamentada dos custos e dos benefícios a elas associados. O conceito econômico de “custo de oportunidade” nos ensina a pesar as vantagens e desvantagens de todas as decisões que tomamos.

O estudo da Economia fornece um arcabouço sistemático para analisar uma ampla gama de questões. Ele proporciona metodologias para entender e dar sentido ao nosso ambiente complexo. Isso vale tanto para o pesquisador que se dedica exclusivamente à pesquisa científica, quanto para o economista prático.

Sobre o papel do economista, Keynes escreveu que:

“As ideias dos economistas e filósofos políticos, estejam elas certas ou erradas, são mais poderosas do que comumente se percebe. Com efeito, elas governam o mundo quase sozinhas.”

As ideias têm influência sobre o mundo real, os destinos do país e o bem-estar das pessoas. Por isso, ter um diagnóstico correto das questões econômicas é crucial. Um diagnóstico equivocado fatalmente levará a políticas ruins, com resultados danosos para a economia e toda a sociedade. A nossa história econômica recente está cheia desses exemplos.

As análises advindas da curiosidade e da perseverança, tão características ao economista, fazem com que a ciência econômica esteja em constante evolução, continuamente incorporando novas evidências, modelos e teorias. Devemos fazer um esforço permanente para adicionar esses conhecimentos já testados à nossa caixa de ferramentas, a fim de mantê-la atualizada e o mais próximo possível do estado da arte.

Um formulador de políticas deve fazer o esforço de confrontar ideias e diagnósticos com dados. Somente à luz dos fatos podemos identificar os problemas e avaliar as respostas. Aprender com os erros do passado, para não os cometer novamente, é fundamental.

Do ponto de vista de análise de política econômica, existem duas fontes de erros bastante comuns em nossa profissão. A primeira é a tendência de os economistas considerarem, em suas análises, apenas os impactos imediatos de determinada política sobre um grupo específico, deixando de averiguar os efeitos sobre os demais. Também é tendência comum enfatizar os ganhos diretos e menosprezar os impactos secundários (ou de equilíbrio geral) sobre toda a economia. Muitas vezes, as consequências não

intencionais de determinadas políticas geram custos que superam em muito os benefícios.

A segunda fonte de erros comuns em nossa profissão é nos concentrarmos nos efeitos de curto prazo de determinada ação de política e minimizar ou ignorar os efeitos de longo prazo. Ou, ainda, desprezar os problemas de inconsistência dinâmica. Num célebre artigo, que acaba de completar 40 anos, os economistas Finn Kydland e Edward Prescott mostraram que escolher a melhor ação, sob uma perspectiva imediatista, não necessariamente leva ao melhor resultado futuro.

Senhoras e senhores, tendo em vista essas questões, gostaria agora de dedicar alguns instantes para falar sobre os debates na nossa profissão.

No passado, tivemos grandes debates no Brasil. Um exemplo de debate de alto nível é o que ocorreu em torno das diferentes estratégias para debelar a hiperinflação nos anos 1980 e início dos 1990. As disputas produziram erros e acertos, em um processo de depuração que culminou num melhor entendimento da natureza da nossa inflação, nas formulações da teoria de inflação inercial e na implementação bem sucedida do Plano Real.

Hoje o país se encontra mais polarizado, mas o debate econômico deveria ser sempre entendido como um embate de ideias, disciplinado pelo arcabouço sistemático que mencionei anteriormente, e fundamentado por evidências empíricas.

Vou dar o exemplo de dois temas que têm sido objeto de intenso debate no Brasil recentemente: (i) a reforma da previdência; e (ii) a nova Taxa de Longo Prazo (TLP) que servirá de base para os empréstimos do BNDES. Essas são mudanças fundamentais para fazer o país avançar.

No caso da TLP, supostos efeitos adversos de curto prazo têm sido muito enfatizados, enquanto os ganhos para toda a sociedade têm sido minimizados. Essa mudança proporciona maior potência à política monetária, reforça a queda da taxa de juros estrutural da economia, incentiva o financiamento privado de longo prazo e o desenvolvimento do mercado de capitais, e dá maior agilidade na administração dos

empréstimos pelo BNDES, além de ajudar a proteger os recursos do Tesouro (cuja conta de subsídios alcançou R\$ 723 bilhões de 2007 a 2016) por meio da explicitação dos subsídios a serem considerados no processo orçamentário. A nova taxa ainda ajuda a proteger os recursos do trabalhador no FAT, permitindo a manutenção do Seguro Desemprego e do Abono Salarial. O FAT tem apresentado déficits que ultrapassam a dezena de bilhões de reais por ano. A TLP garantirá maior rentabilidade aos recursos do fundo, lhe aportando cerca de R\$ 15 bilhões por ano.

No debate em torno da reforma da previdência, os custos de curto prazo são enfatizados, enquanto os benefícios de longo prazo são desprezados. Evidências empíricas são deixadas de lado, inclusive com argumentos de que não há déficit. Do ponto de vista contábil, é sempre possível realocar receitas, mas do ponto de vista econômico, é inegável que uma situação em que as despesas crescem em ritmo mais acelerado do que o PIB é claramente insustentável.

É preciso estar atento aos dados para que haja mais racionalidade no debate. E, uma vez mais, é preciso enfatizar: a continuidade dos ajustes e reformas é de grande importância para o equilíbrio da economia, com consequências favoráveis para a desinflação, para a queda da taxa de juros estrutural e para a recuperação sustentável da atividade econômica brasileira.

Para finalizar, gostaria de retornar à pergunta inicial sobre a importância da nossa profissão. O esforço de entender as leis que governam as escolhas dos indivíduos e das firmas vão além de curiosidade acadêmica. É preciso ter sempre em mente que o objetivo final do nosso trabalho é melhorar as condições de vida das pessoas. Essa é a nossa importância para a sociedade e o objetivo do nosso trabalho diário.

Muito obrigado e boa noite.

Referências:

Kydland, F and E. Prescott (1977), "Rules Rather than Discretion: The Inconsistency of Optimal Plans, *The Journal of Political Economy*, vol. 85(3), pp. 473-492.

Robbins, L. (1932), *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*, London: Macmillan.